cyan magenta amarelo preto

JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2023.08.29 06:13:51 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Terça-feira, 29 de agosto de 2023 • Nº 1633 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

SÃO PAULO

Recursos da Educação 'viram alvo' de Tarcísio

O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) afirmou ontem, no evento em que anunciou a criação da Tabela SUS Paulista, que deve submeter uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição) para flexibilizar parte dos gastos hoje alocados na educação. De acordo com Tarcísio, a proposta é ter 42% dos recursos do estado aplicados em educação e saúde, com o mínimo de 25% para a primeira, 12% para a segunda e 5% podendo ser divididos de diferentes formas entre ambas. A proposta, segundo o governador, está relacionada à decisão do STF, que considerou inconstitucional o pagamento de aposentadorias com recursos vinculados à educação. PÁGINA 3

EUA

Trump vai ao banco dos réus no dia 4 de março

O julgamento do ex-presidente americano Donald Trump no processo sobre o 6 de Janeiro foi marcado para 4 de março do ano que vem, na véspera da chamada Super Terça, dia mais importante das primárias -processo em que o partido escolhe seu candidato à Presidência. A decisão foi divulgada pela juíza Tanya Chutkan ontem. A data escolhida é posterior ao que fora pedido pela Procuradoria, que queria um julgamento em janeiro, e muito antes do desejado pela defesa de Trump, que havia solicitado abril de 2026, em uma tentativa de protelar o processo. O caso, que tramita na Justiça federal, trata das supostas tentativas do republicano de reverter sua derrota nas eleições de 2020 para o democrata Joe Biden. A denúncia foi apresentada em 1º de agosto pelo conselheiro especial do Departamento de Justiça Jack Smith. Já há um outro julgamento de Trump previsto para março, no dia 25, na Justiça de Nova York, na qual ele é acusado de pagar a atriz pornô Stormy Daniels. PÁGINA 4

MAIS ARRECADAÇÃO

Lula assina MP para tributar fundos de super-ricos e tenta taxar offshores

VALTER CAMPANATO/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) (**foto**) assinou ontem uma MP (medida provisória) para taxar os rendimentos de fundos exclusivos, dos chamados "super-ricos". O governo também anunciou que encaminhou ao Congresso o projeto de lei sobre a taxação das offshores e trusts, que prevê tributação anual de rendimentos de capital aplicado no exterior, com alíquotas progressivas de 0% a 22,5%. Os atos foram assinados durante cerimônia no Palácio do Planalto. Estavam presentes o vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB), os ministros Fernando Haddad (Fazenda), Luiz Marinho (Trabalho e Emprego) e líderes do Congresso Nacional. Também compareceu o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), com quem o governo vem negociando a esperada reforma ministerial. PÁGINA 2

CRIME AMBIENTAL

Espuma no Guandu afeta fornecimento de água no RJ

PÁGINA 4

GOLPE DE 2016

PT tem projeto para anular impeachment de Dilma

PÁGINA 4

CONGRESSO

LULA MARQUES/ABRASIL

Maia impõe ditadura em CPMI e censura jornalistas

O presidente da CPMI do 8 de janeiro, deputado Arthur Maia (União Brasil-BA) (**foto**), editou um ato ontem que impõe censura ao trabalho dos jornalistas que acompanham os trabalhos da comissão no Congresso. O texto proíbe profissionais da imprensa de capturar "imagens (na CPMI) de conteúdo privado de terceiros sem autorização". Também impede a imprensa de divulgar informações "privadas ou classificadas como confidenciais" pela comissão "sem expressa autorização". O mesmo ato afirma que a violação das disposições sujeita "o profissional faltoso às sanções previstas neste ato, sem prejuízo da responsabilidade civil e penal". PÁGINA 4

INDICADORES

IBOVESPA: 1,11% / 117.120,98 / 1.283,78 / Volume: R$ 17.708.965.934 / Negócios: 3.109.517

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
MINERVA ON NM	10.90	+4.21	+0.44
BRADESCO PN N1	15.31	+3.24	+0.48
ITAUUNIBANCOPN N1	27.77	+3.39	+0.91
DEXCO ON NM	8.13	+3.17	+0.25
MARFRIG ON ES NM	6.73	+3.54	+0.23

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
P.ACUCAR-CBDON EC NM	5.50	–6.78	–0.40
VIA ON NM	1.45	–6.45	–0.10
MELIUZ ON NM	6.930	–4.28	–0.310
ALPARGATAS PN N1	9.55	–3.24	–0.32
CVC BRASIL ON NM	2.20	–3.08	–0.07

Mais Negociadas

	Preço	%	Oscil.
ITAUUNIBANCOPN N1	27.77	+3.39	+0.91
VALE ON NM	62.96	+1.43	+0.89
PETROBRAS PN EDJ N2	32.33	+1.13	+0.36
BRADESCO PN N1	15.31	+3.24	+0.48
AMBEV S/A ON	14.21	+1.57	+0.22

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	34.559,98	+0,62
NASDAQ Composite	13.705,13	+0,84
Euro STOXX 50	4.293	+1,30
CAC 40	7.324,71	+1,32
FTSE 100	7.338,58	+0,07
DAX 30	15.792,61	+1,03

Salário mínimo	R$ 1.320,00
Ufir	R$ 4,3329
Taxa Selic (02/08)	13,25%
Poupança 3 (28/08)	0,6557%
TR (28/08)	0,1549%
IGP-M	-0,72% (jul.)
IPCA	0,12% (jul.)
CDI (02/08)	13,15%
OURO BM&F/grama	R$ 305,48
EURO Comercial	Compra: 5,2732 Venda: 5,2739
EURO turismo	Compra: 5,3245 Venda: 5,5045
DÓLAR Ptax - BC	Compra: 4,8938 +0,34%
DÓLAR comercial	Compra: 4,8747 Venda: 4,8753
DÓLAR turismo	Compra: 4,8943 Venda: 5,0743

Economia

MERCADOS

Bolsa sobe mais de 1% apoiada por estímulos econômicos na China

LUCAS BOMBANA/FOLHAPRESS

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) iniciou a semana em alta, impulsionada por estímulos econômicos na China que se refletiram no bom humor dos agentes financeiros em escala global.

O Índice Bovespa (Ibovespa) fechou em alta de 1,1%, aos 117.120 pontos. No câmbio, o dólar encerrou os negócios estável, a R$ 4,874 na venda.

Animadas com as medidas do gigante asiático, as ações de mineração contribuíram para o desempenho positivo do Ibovespa, com ganhos de 1,6% da Vale, de 1,8% da Gerdau e de 0,7% da CSN.

Também entre os destaques de alta, a Natura avançou 2,1%, após anunciar que avalia uma potencial venda da rede de lojas The Body Shop.

O movimento do Ibovespa esteve alinhado ao observado nos mercados internacionais. Nos Estados Unidos, o S&P 500 avançou 0,63%, o Nasdaq teve valorização de 0,0,84% e o Dow Jones subiu 0,62%.

Na Ásia, o dia também foi marcado pelo aumento do apetite ao risco dos investidores, com alta de 1,2% do CSI 300 da China e de 1,8% do Nikkei do Japão.

A alta das ações vem após a China reduzir pela metade um imposto sobre as negociações de ações a partir desta segunda, na mais recente tentativa de impulsionar o mercado frente a uma economia que dá sinais de fraqueza.

A alta das ações nas Bolsas asiáticas veio em um dia no qual os papéis grupo imobiliário chinês Evergrande desabaram quase 80%. As ações voltaram a ser negociadas após uma suspensão de 17 meses, depois do cumprimento de exigências dos reguladores, como a publicação dos resultados financeiros.

A Evergrande, que já foi a maior empresa do setor imobiliário da China, anunciou um default (suspensão de pagamentos) em 2021 e tem mais de US$ 300 bilhões (cerca de R$ 1,4 trilhão) em passivos, o que a transforma em um símbolo da crise imobiliária chinesa que muitos temem que possa ter consequências para a economia mundial.

MAIS ARRECADAÇÃO

Lula assina MP para tributar fundos de super-ricos

RENATO MACHADO/FOLHAPRESS

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) assinou ontem uma MP (medida provisória) para taxar os rendimentos de fundos exclusivos, dos chamados "super-ricos".

O governo também anunciou que encaminhou ao Congresso o projeto de lei sobre a taxação das offshores e trusts, que prevê tributação anual de rendimentos de capital aplicado no exterior, com alíquotas progressivas de 0% a 22,5%.

Os atos foram assinados durante cerimônia no Palácio do Planalto. Estavam presentes o vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB), os ministros Fernando Haddad (Fazenda), Luiz Marinho (Trabalho e Emprego) e líderes do Congresso Nacional.

Também compareceu o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), com quem o governo vem negociando a esperada reforma ministerial.

De acordo com o governo, em relação ao PL das Offshores, mais de R$ 1 trilhão (equivalente a cerca de US$ 200 bilhões) em ativos pertencentes a pessoas físicas está posicionado no exterior. O projeto foi enviado com urgência constitucional para a Câmara dos Deputados e tem potencial de arrecadação da ordem de R$ 7,05 bilhões em 2024, R$ 6,75 bilhões em 2025 e R$ 7,13 bilhões para 2026.

O texto propõe criar um regime uniforme e mais simples, defende o Ministério da Fazenda. As aplicações financeiras efetuadas no exterior estarão sujeitas a uma única tabela, que leva em considerações as faixas de rendimento dessa natureza auferidas pelo contribuinte.

Segundo o governo, a pessoa física com renda no exterior de até R$ 6 mil por ano estará sujeita à alíquota de 0%. Essa pode ser a situação das pessoas que têm utilizado contas bancárias estrangeiras remuneradas para arcar com pequenas despesas pessoais no exterior, por exemplo, em viagens internacionais.

Já a renda entre R$ 6 mil e R$ 50 mil por ano ficará sujeita à tributação pela alíquota de 15%, enquanto a renda superior ao patamar de R$ 50 mil ficará sujeita à alíquota de 22,5%, sendo essa a alíquota máxima já aplicada para aplicações financeiras de curto prazo no Brasil.

A nova regra aplica-se aos resultados apurados pelas entidades controladas a partir de 1º de janeiro de 2024. Os resultados acumulados pelas entidades no exterior até 31 de dezembro de 2023, antes da entrada da nova regra de tributação, serão tributados somente no momento da efetiva disponibilização para a pessoa física.

Neste caso, os contribuintes terão a opção de atualizarem o valor de seus bens e direitos no exterior para o valor de mercado em 31 de dezembro de 2023, tributando a diferença para o custo de aquisição pela alíquota definitiva de 10% (dez por cento).

O texto também introduz o conceito de tributação de Trusts, algo não era tratado na legislação brasileira. O governo explica que essa modalidade se refere a uma relação jurídica em que o dono do patrimônio passa os seus bens para uma terceira pessoa administrar.

A MP prevê a possibilidade de o contribuinte atualizar o valor de seus bens e direitos no exterior para o valor de mercado em 31 de dezembro de 2023 e tributar o ganho de capital pela alíquota de 10%, em lugar dos 15% previstos na legislação vigente. Tanto a MP quanto o PL serão enviados na sequência das assinaturas para apreciação do Congresso Nacional.

Em relação ao texto dos fundos 'super-ricos', o governo anunciou que a medida provisória vai prever cobrança de 15% a 20% sobre rendimentos de fundos exclusivos.

"O texto da MP do Super-ricos determina que a cobrança será realizada duas vezes ao ano (come-cotas), diferentemente do que ocorre atualmente, em que a tributação é realizada apenas no resgate. Será tributado com alíquota de 10% quem optar por iniciar a arrecadação em 2023. A previsão do governo é de arrecadar R$ 24 bilhões entre 2023 e 2026", informou o governo, em nota.

Durante o evento, o ministro Fernando Haddad afirmou que as medidas buscam adequar o sistema tributário brasileiro ao de outros países mais desenvolvidos na área.

"Muitas vezes eu vejo na imprensa isso ser tratado como uma ação Robin Hood, revanche e não é nada disso. O que estamos levando à consideração do Congresso, com muita consideração e respeito, é aproximar nosso sistema tributário do que tem de mais avançado no mundo", afirmou.

O líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE) afirmou que as alíquotas das offshores serão negociadas durante a tramitação da proposta no Congresso Nacional.

"O projeto vai (para o Congresso Nacional) e lá a gente negocia as alíquotas", afirmou brevemente.

A questão das offshores já enfrentou grande resistência na Câmara dos Deputados. O governo tentou incluir a questão na medida provisória que trata do reajuste do salário mínimo, mas a iniciativa sofreu um grande revés e deputados ameaçaram não votar a pauta do mínimo, que é de grande interesse do governo.

Por isso houve recuo e o tema foi retomado em um projeto de lei com urgência constitucional (trancando a pauta da Casa em 45 dias), enviado agora pelo Executivo.

Também foi sancionada a proposta que criou uma nova política de valorização do salário mínimo. A proposta concluiu a sua tramitação no Congresso na quinta-feira passada, quando foi aprovada pelo Senado.

O texto também eleva o salário mínimo para 2023 ao valor de R$ 1.320. Esse valor já estava vigente, com o envio de uma medida provisória ao Congresso Nacional, no feriado do Dia do Trabalho. No entanto, a proposta precisava receber o aval de deputados e senadores, para não perder a sua validade.

A proposta também eleva para R$ 2.640 a faixa de isenção do Imposto de Renda.

BC/Focus

Mercado eleva a 2,31% projeção de crescimento da economia em 2023

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

A previsão do mercado financeiro para o crescimento da economia brasileira este ano subiu de 2,29% para 2,31%. A estimativa está no boletim Focus de ontem, pesquisa divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC) com a projeção para os principais indicadores econômicos.

Para o próximo ano, a expectativa para o Produto Interno Bruto (PIB, a soma dos bens e serviços produzidos no país) é de crescimento de 1,33%. Em 2025 e 2026, o mercado financeiro projeta expansão do PIB em 1,9% e 2%, respectivamente.

No primeiro trimestre do ano o PIB cresceu 1,9% na comparação com os três meses imediatamente anteriores. O resultado do segundo trimestre será divulgado na próxima sexta-feira pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Já a previsão para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - considerada a inflação oficial do país - foi mantida em 4,9% neste ano, a mesma da semana passada. Para 2024, a estimativa de inflação ficou em 3,87%. Para 2025 e 2026, as previsões são de 3,5% para os dois anos.

A estimativa para este ano está acima do teto da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é de 3,25% para 2023, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,75% e o superior 4,75%. Segundo o BC, no último Relatório de Inflação, a chance de a inflação oficial superar o teto da meta em 2023 é de 61%.

TAXA DE JUROS

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic, definida em 13,25% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom). Diante da forte queda da inflação, o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC, iniciou, neste mês, um ciclo de redução da Selic.

Milionários pagam menos Imposto de Renda que servidores públicos

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Beneficiados por brechas que permitem camuflar rendas pessoais como rendimentos empresariais, os milionários no Brasil pagam menos Imposto de Renda do que servidores públicos e outras categorias profissionais de renda média e alta. A conclusão consta de estudo inédito publicado pelo Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal (Sindifisco Nacional).

Feito com base nos dados do Imposto de Renda Pessoa Física 2022 (ano-base 2021), o levantamento constatou que os contribuintes que declararam, em 2021, ganhos totais acima de 160 salários mínimos (R$ 176 mil por mês ou R$ 2,1 milhões anuais) pagaram, em média, 5,43% de alíquota efetiva de Imposto de Renda (IR). Formado por 89.168 pessoas, esse contingente responde por apenas 0,25% do total de 35.993.061 declarantes do Imposto de Renda Pessoa Física no ano passado.

Essa alíquota efetiva é inferior à de muitas categorias de profissionais. Médicos pagaram, em média, 9,42% de Imposto de Renda no ano passado. Os super-ricos também pagam menos que outras categorias, como professor de ensino médio (8,94%), policiais militares (8,87%) e enfermeiro (8,77%).

Entre os servidores públicos, a alíquota média para carreiras da administração pública direta correspondeu a 9,54%, subindo para os ocupantes de outros órgãos, que ganham mais, como servidores do Ministério Público (11,83%), membro do Poder Executivo (12,15%), servidor do Poder Judiciário (12,53%), carreiras de gestão governamental e analista (13,66%), servidor do Poder Legislativo (13,76%), servidor do Banco Central (14,48%), carreiras de auditoria-fiscal e fiscalização (14,73%) e advogados do serviço público (15,66%).

DESIGUALDADES

A alíquota efetiva representa percentual da renda total que de fato foi paga como Imposto de Renda. Segundo o Sindifisco, a menor alíquota efetiva decorre principalmente de indivíduos cuja parcela significativa de renda é composta por lucros e dividendos de empresas, rendimento isento no Brasil desde 1996. O órgão também atribui as disparidades à falta de correção da tabela do Imposto de Renda, que ficou congelada entre 2015 e este ano, e à inflação, que corrói menos as rendas dos mais ricos.

"A participação relativa dos rendimentos isentos e não tributáveis, como lucros e dividendos, no total da renda declarada aumentou de 32% para 36%. O que demonstra que a regressividade do sistema tributário está se aprofundando, pois os super-ricos estão utilizando esses recursos como nunca, contribuindo ainda menos para a arrecadação federal", afirma o presidente do Sindifisco Nacional, Isac Falcão.

Nota

APENAS UMA PESSOA RESGATA R$ 2,8 MILHÕES EM SISTEMA DE VALORES ESQUECIDOS

Em cinco meses de operação desde a reabertura, o Sistema de Valores a Receber (SVR) do Banco Central (BC) registrou um resgate recorde de R$ 2,8 milhões por uma pessoa física. A informação foi dada pelo chefe de Departamento de Atendimento Institucional do BC, Carlos Eduardo Gomes. Gomes não informou a data em que ocorreu a recuperação do dinheiro. O recorde individual anterior para pessoas físicas, divulgado em meados de abril, estava em R$ 749,5 mil retirados. Para pessoas jurídicas, o recorde mantém-se em R$ 3,3 milhões, também divulgado em abril.

CARTÃO DE CRÉDITO

Juro do rotativo sobe em julho para 445,7% ao ano

NATHALIA GARCIA/FOLHAPRESS

A taxa média de juros cobrada pelos bancos de pessoas físicas no rotativo do cartão de crédito subiu em julho para 445,7% ao ano, segundo dados do Banco Central divulgados ontem.

Houve uma elevação de 8,7 pontos percentuais na comparação com junho, quando o juro estava em 437% ao ano. No mês passado, a inadimplência na linha de crédito mais cara do mercado atingiu 49,5%.

O rotativo do cartão de crédito vem sendo alvo de uma intensa disputa travada nos bastidores nas negociações entre representantes de bancos, varejo e diferentes setores do mercado de cartões com o governo Lula (PT), o BC e o Congresso Nacional.

O tema foi inserido no projeto de lei que recebeu o conteúdo do Desenrola Brasil, programa de renegociação de dívidas lançado pelo governo petista, em tramitação na Câmara dos Deputados.

No relatório, o deputado Alencar Santana (PT-SP) estipulou um prazo de 90 dias para que, por autorregulação, as instituições financeiras definam um patamar menor de juros para o rotativo e para o crédito parcelado.

Se nada for feito, será aplicável um teto que limita a dívida ao dobro do montante original nas duas modalidades. O texto não aborda o parcelamento de compras sem juros.

Segundo o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), a matéria poderá ser votada já nesta semana.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

Manhã Tarde Noite 31º 22º 5% 05:53 18:11 **INVERNO:** Nublado com sol à tarde. Pode garoar de manhã e à noite.

REMANEJAMENTO

Tarcísio quer retirar recursos da Educação e por na Saúde

STEFHANIE PIOVEZAN/FOLHAPRESS

O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) afirmou ontem, no evento em que anunciou a criação da Tabela SUS Paulista, que deve submeter uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição) para flexibilizar parte dos gastos hoje alocados na educação.

De acordo com Tarcísio, a proposta é ter 42% dos recursos do estado aplicados em educação e saúde, com o mínimo de 25% para a primeira, 12% para a segunda e 5% podendo ser divididos de diferentes formas entre ambas.

A proposta, segundo o governador, está relacionada à decisão do STF (Supremo Tribunal Federal), que considerou inconstitucional o pagamento de aposentadorias com recursos vinculados à educação.

"Hoje, eu tenho dentro daqueles 30% obrigatórios da educação a despesa com inativos e pensionistas, que representa praticamente 5% das despesas. Esse recurso vai sair e vai para outra caixinha, do orçamento fiscal e seguridade social", disse Tarcísio.

"Estamos cumprindo uma obrigação de tirar esse recurso de inativo e pensionista e colocar em outro lugar", continuou. "Se a gente não faz nada, eu passo a ter, na prática, 35, 36, 37% de despesas obrigatórias com a educação, ou seja, eu começo a comprimir outras áreas do nosso orçamento, e aí vai faltar investimento para outro lugar."

Segundo Tarcísio, a ideia é "socorrer" a área com maior demanda em dado momento. "Tendo 5% de flexibilidade, eu posso ter um ano que vai ser 30% da educação e 12% da saúde? Posso. Posso fazer 25% e 17%? Posso. Posso fazer 28% e 14%? Posso. É uma flexibilidade para o gestor alocar o recurso onde ele é mais necessário."

Questionado sobre a possibilidade de a proposta retirar recursos da educação, o governador afirmou que, com a reestruturação da saúde, a expectativa é que no futuro a área não precise desses 5%.

"A partir do momento em que a regionalização, a saúde digital, a atenção primária começarem a descomprimir urgências e emergências, eu vou precisar de menos recursos para saúde", disse Tarcísio. "No cenário de hoje, eu preciso de mais recursos para a saúde e esses 5%, hoje, representam um gasto com inativos e pensionistas que está garantido e vai para outra rubrica do orçamento."

Ele também afirmou que a presença de mais de 20 deputados estaduais na cerimônia no Palácio, incluindo o presidente da Alesp, André do Prado (PL), indica que a Assembleia é sensível às necessidades da área da saúde e vai analisar a proposta com atenção.

"Estamos combinando aqui com a Assembleia Legislativa o melhor momento de enviar essa Proposta de Emenda à Constituição que é o uso da criatividade para fazer a diferença, pela saúde do nosso estado, para atender mais de 25 milhões de pessoas que usam o nosso SUS."

CHACINA

Tarcísio volta a elogiar ação violenta da Polícia Militar no litoral

STEFHANIE PIOVEZAN/FOLHAPRESS

GOVERNO DE SÃO PAULO

O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) **(foto)** afirmou ontem, ao avaliar a Operação Escudo, que o confronto não é desejável, mas a polícia também não pode ser confrontada ao realizar suas operações.

"A gente não quer o confronto, não quer de jeito nenhum. O confronto não é desejável. Agora, a polícia também não pode ser confrontada. Ela tem que ter o respeito em fazer as suas operações como elas têm que ser feitas, ela tem suas regras de engajamento; a nossa polícia é extremamente capaz, bem treinada e está fazendo o máximo para proporcionar a segurança pública para a população."

A Operação Escudo, que completou um mês ontem, soma 22 mortes no litoral paulista e é alvo de denúncias de uso de tortura e abuso de força.

Trata-se da ação mais violenta da Polícia Militar paulista desde o massacre do Carandiru. Com medo, moradores contaram em entrevista à Folha de S.Paulo que planejam deixar o Guarujá.

Ao fazer o balanço da ação, o governador não comentou as denúncias e destacou que a operação soma 650 presos, uma tonelada de droga apreendida e mais de 80 fuzis recolhidos.

"Desses 650 presos, 245 (eram) foragidos da Justiça, ou seja, 245 pessoas com mandado de prisão em aberto, foragidos da Justiça, andavam tranquilamente por Guarujá e foram capturados nessa operação", ressaltou.

Tarcísio afirmou que a população no litoral estava "asfixiada pela falta de segurança" e falou que todos sabem da dificuldade em combater o tráfico de drogas.

"A Polícia Federal foi cumprir um mandato de busca e apreensão lá no Guarujá e o que aconteceu? Foi recebida a tiros, um delegado Polícia Federal tomou um tiro na cabeça e poderia ter morrido. Não é brincadeira isso", argumentou.

CRIMINALIDADE

Litoral de SP tem aumento de roubos e furtos no 1º semestre

LUCAS LACERDA/FOLHAPRSS

Cidades do litoral paulista, de norte a sul, registraram aumento de roubos e furtos nos primeiros seis meses deste ano, em comparação com o mesmo período de 2022.

O número de vítimas em homicídios dolosos (quando há intenção por parte de quem comete o crime) no primeiro semestre em Caraguatatuba, Cubatão, Itanhaém, Mongaguá também supera o verificado no mesmo intervalo em 2022 nessas cidades. Foram, respectivamente, 19, 7, 8 e 4 vítimas.

Embora os dados da SSP (Secretaria da Segurança Pública) sejam do primeiro semestre, cidades da Baixada Santista e também do litoral norte viram a tensão aumentar após a morte de um soldado da Rota, da Polícia Militar, no fim de julho. Depois desse caso, a PM desencadeou uma operação na região e 22 pessoas morreram.

A Folha de S.Paulo reuniu informações de Bertioga, Caraguatatuba, Cubatão, Guarujá, Ilhabela, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, Santos, São Sebastião, São Vicente, Ubatuba. Ao todo, as cidades acumularam 7.678 ocorrências de roubo e 18.863 de furto no primeiro semestre deste ano, com aumentos, em relação ao mesmo período do ano passado, de 20,2% e 11,6%, respectivamente.

Os furtos caíram em Caraguatatuba, Peruíbe, São Sebastião e Ubatuba, e os roubos, em Caraguatatuba, Itanhaém, Peruíbe, Praia Grande e São Sebastião.

Segundo a SSP, as mortes nos Deinter (Departamentos de Polícia Judiciária de São Paulo Interior) 1 e 6, que englobam outras cidades além daquelas nas faixas litorâneas do norte e do sul do estado, caíram 20,5%, com 60 casos a menos no primeiro semestre deste ano em relação ao mesmo período do ano passado. A pasta cita investimentos em tecnologia e capacitação dos agentes para o trabalho de investigação.

"Uma das medidas é o Sistema de Informação e Prevenção aos Crimes Contra a Vida (SPVida), que analisa os indicadores criminais e auxilia as equipes na elaboração de planos de ação com o objetivo de reduzir o número de mortes."

Ainda, disse que deteve ou apreendeu 10.642 infratores e que apreendeu 921 armas de fogo -um aumento de 7,5% na apreensão de armamento para a região em relação a 2022.

Para Rafael Alcadipani, professor da FGV (Fundação Getulio Vargas) e membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, os furtos e roubos nas cidades litorâneas podem estar ligados ao movimento de turistas e à falta de um plano de longo prazo de policiamento.

"Precisaríamos analisar dias e horários, mas nos fins de semana tende a haver um aumento dessas pessoas que vão ao litoral, que podem ter posses e gerar essas oportunidades de crime", disse o pesquisador. "Mas há uma desguarnição de policiamento, que é reforçado nas operações verão ou como agora, na Operação Escudo, mas faltam efetivos de polícia Civil e Militar. Não vemos uma articulação entre as forças de segurança e as cidades, num plano de longo prazo."

Os homicídios, segundo Alcadipani, estariam ligados ao universo do tráfico de drogas. "O PCC tem comando no litoral, muitos homicídios são ligados aos tribunais do crime, a dívidas de droga ou mesmo a conflitos interpessoais."

Em Itanhaém, que teve oito vítimas de homicídio contra seis no primeiro semestre de 2022 e viu os furtos crescerem 29,4%, a prefeitura inaugurou em abril o Novo COI (Centro de Operações e Inteligência), que integra 1.141 câmeras instaladas nos últimos três anos. Vinte e seis delas fazem leitura de placas e identificam veículos roubados. Ainda, a Guarda Civil Municipal da cidade criou uma divisão ostensiva e contratou 50 agentes em 2023.

Cubatão, que também criou um centro de operação de câmeras de segurança, afirmou que as vítimas de homicídios "são decorrentes, principalmente, de conflitos entre marginais". Ainda, disse que um dos principais tipos de crimes na região são os roubos de carga, como grãos, das ferrovias.

TEX COURIER S.A.

CNPJ/MF nº 73.939.449/0001-93

REQUERIMENTO: NOMEAÇÃO FIEL DEPOSITÁRIO

Ilmo. Senhor Presidente da Junta Comercial do Estado de São Paulo - Tex Courier S.A., pessoa jurídica com sede na Avenida Piracema, nº 155. Galpão 1, Sítio Tamboré, Barueri/SP, CEP: 06460-030, devidamente inscrita no CNPJ/MF nº 73.939.449/0001-93, NIRE nº 35.300.472.381 e Inscrição Estadual nº 206.214.714.111, **Requer,** por intermédio de seu Diretor Presidente Sr. **Felipe Alves Lima**, brasileiro, casado, administrador, portador da carteira de Identidade RG nº 11.230.220-3, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 102.324.427-62, residente e domiciliado no estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Piracema, nº 155, Galpão 1, Sítio Tamboré, Barueri/SP, CEP: 06460-030, a sua nomeação, como **Fiel Depositário do Armazém Geral** da filial sob o NIRE 35.906.280.086, inscrita no CNPJ/MF nº 73.939.449/0050-71, estabelecida na Avenida Odila Chaves Rodrigues, nº 1200, Lote Gleba D, Parque Industrial, na cidade de Jundiaí, estado de São Paulo, CEP 13.213-087, nos termos do Decreto nº 1.102/1903 e IN 17/2013 do DREI. Barueri, 24 de maio de 2023. **Felipe Alves** - 10232442762. **Tex Courier S.A. - Felipe Alves Lima** - Diretor Presidente. O nomeado declara, expressamente, em cumprimento à legislação em vigor, que não está sendo processado, e nunca foi condenado, por crimes cuja pena vede o acesso a cargos ou funções mercantis e comerciais e que aceita o cargo e suas atribuições que lhe são inerentes, respondendo solidariamente, nos termos do parecer nº 460/2013 da procuradoria desta Junta Comercial. **JUCESP** - 324.757/23-2 em 10/08/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

TEX COURIER S.A.

CNPJ/MF nº 73.939.449/0001-93 - NIRE nº 35.300.472.381

MATRÍCULA DE ARMAZÉNS GERAIS

Ilustríssimo Senhor Presidente da Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP. Requerimento: Matrícula de Armazéns Gerais. **Tex Courier S.A.**, pessoa jurídica, com sede na Avenida Piracema, nº 155. Galpão 1, Sítio Tamboré, Barueri/SP, CEP: 06460-030, devidamente inscrita no CNPJ/MF n.º 73.939.449/0001-93, NIRE nº 35.300.472.381 e Inscrição Estadual n.º 206.214.714.111 e sua filial estabelecida na Avenida Odila Chaves Rodrigues, nº 1200, Lote Gleba D, Parque Industrial, na cidade de Jundiaí, estado de São Paulo, CEP 13.213-087, devidamente inscrita no CNPJ /MF n.º 73.939.449/0050-71. NIRE nº 35.906.280.086 e Inscrição Estadual n.º 407.879.321.112, representadas por seu Diretor Presidente Sr. Felipe Alves Lima, brasileiro, casado, administrador, portador da carteira de Identidade RG nº 11.230.220-3, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 102.324.427-62, vem respeitosamente a presença de V.S.a, solicitar a matrícula da sua filial como administradores de armazéns gerais. Diante do exposto, requer as cautelas de praxe. Termos em que, Aguarda deferimento. Barueri/SP, 24 de maio de 2023. **Tex Courier S.A.** - Felipe Alves Lima - Diretor Presidente. **JUCESP** - 324.756/23-9 em 10/08/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

REGULAMENTO INTERNO - Identificação da Empresa: Razão Social: Tex Courier S.A. - filial; **Endereço:** Avenida Odila Chaves Rodrigues, nº 1200, Lote Gleba D, Parque Industrial, Jundiaí/SP; **CEP:** 13.213-087; **CNPJ:** 73.939.449/0050-71; **NIRE:** n.º 35.906.280.086; **Inscrição Estadual:** 407.879.321.112. Tex Courier S.A., recebe em depósito, para guarda nos seus armazéns, mercadorias em geral, emitindo documentação pertinente de acordo com a legislação vigente e especialmente nos termos do Decreto Federal n.º 1.102/1903. **I - Do Recebimento e Retirada das Mercadorias** - 1. As mercadorias recebidas em depósito, são nacionais ou estrangeiras nacionalizadas, não agropecuárias, não perigosas, ou que necessite de precaução especial, conforme responsabilidade nos termos do artigo 1º e 11º do Decreto 1102/1903. Parágrafo Único - Serviços acessórios serão executados desde que possíveis e desde que não sejam contrários as disposições legais. 2. Os armazéns estarão abertos, todos os dias úteis, das 8:00 às 18:00hs. 3. O empresário administrador nomeado Fiel Depositário responde civil e criminalmente pela guarda das mercadorias de terceiros. 4. O Depositante, respeitada a legislação a que é submetido o Armazém, que desejar se utilizar dos serviços da empresa deverá apresentar proposta escrita, por ela assinada, dando, entre outras, indicações precisas sobre: a) Nome e residência do dono da mercadoria; b) A ordem de quem é feito o depósito; e) Quantidade, especificação, peso, qualificação e marca da mercadoria; d) Estado das embalagens; e) Valor do seguro; f) Prazo do armazenamento; g) Natureza do serviço requisitado. 5. Aceita a proposta, será passada ao depósito, uma ordem de recebimento. 6. Conferida a mercadoria, será dado o competente recibo, na forma da documentação legal exigida. 7. Para a mais perfeita verificação, assistirá ao juízo da direção, o direito de mandar abrir os invólucros e examinar a mercadoria neles contida, realizar medições periódicas. Esse exame será feito na presença do depositante ou de quem o representante legal, na sua falta, indicar. A verificação será feita perante duas testemunhas, estranhas a empresa, lavrando-se, a respeito, em livro próprio, um termo de registro de todo o ocorrido para ser assinado pelos presentes. Constatadas falsidades nas declarações da proposta, a empresa tornará efetiva a responsabilidade do autor na forma da Lei. 8. A juízo da direção, as mercadorias poderão ser recusadas nos seguintes casos: I - quando não houver espaço suficiente para seu armazenamento; e II - em virtude das condições em que elas se acharem, puderem danificar as mercadorias já depositadas. 9. O armazém mantém registro eletrônico de toda a movimentação das mercadorias depositadas, incluindo a anotação das retiradas parciais de mercadoria, durante o depósito. 10. A empresa não armazenará produtos agropecuários, explosivos e inflamáveis de alta combustão, como por exemplo, gasolina, fogos de artifício, armas e munições ou qualquer outra proibida por lei ou regulamentos. 11. Todos os serviços serão prestados de acordo com a prioridade na apresentação das respectivas ordens, não podendo a empresa estabelecer preferências, nem fazer abatimentos nas tabelas ou outras concessões a qualquer depositante. 12. A entrega da mercadoria depositada será feita contra a apresentação da documentação apropriada e uma vez pagas todas as armazenagens, serviços, adiantamentos, juros, comissões e quaisquer despesas feitas. 13. Para garantia de seu pagamento a empresa poderá exercer o direito de retenção sobre mercadoria, na forma do art. 14 do Decreto 1.102/1903. **II - Da Responsabilidade da Empresa** - 14. Além das responsabilidades especialmente estabelecidas em Lei, a empresa responde: a) pela guarda, pronta e devida entrega da mercadoria que houver recebido em depósito; b) pela culpa, fraude ou dolo de seus empregados ocorridos em seus armazéns. 15. A empresa não se responsabiliza pelas mercadorias depositadas em seus armazéns nos seguintes casos: a) quebras de peso, avarias, vícios ou alterações de qualidade oriundas da natureza ou do acondicionamento da mercadoria; e b) força maior. 16. São considerados casos de força maior, inundações, tormentas, terremotos, guerra civil ou externa, motins, alterações de ordem pública, suspensões e perturbações de qualquer natureza no trabalho, greves, atos governamentais, etc. **III - Do Prazo de Depósito** - 17. O prazo de depósito é de 6 (seis) meses, conforme art. 10, Decreto 1102/1903. 18. As indenizações prescreverão em 3 (três) meses contados da data em que as mercadorias, foram ou deveriam ter sido entregues e serão calculadas pelo preço das mercadorias em bom estado. 19. O inadimplemento de pagamento de armazenagem acarretará vencimento antecipado do prazo de depósito, com a adoção do procedimento previsto no artigo 10 e parágrafos do Decreto n.º 1.102/1903. 20. Vencido o prazo ou prorrogação, sem que a mercadoria tenha sido retirada, reputar-se-á a mesma abandonada, procedendo a Companhia na conformidade dos Parágrafos 1.º, 2.º, 3.º e 4.º do art. 10 e mais disposições do decreto 1.102/1903. **IV - Da Sala de Vendas Públicas** - 21. Anexas aos seus armazéns a Companhia poderá manter salas apropriadas para as vendas públicas, voluntárias das mercadorias que receber em depósito, observando-se, a esse respeito, as disposições legais. **V - Disposições Gerais** - 22. A mercadoria que servir para armazenagem será segurada contra riscos de incêndio no valor declarado pelo depositante ou, na falta, pelo que for arbitrado pela Companhia, e deverá estar inteiramente livre de quaisquer ônus ou despesas. Entretanto, a Companhia poderá adiantar o frete, e mais despesas com o transporte declarado, nos títulos, essas despesas e os juros a quem tem direito. 23. A mercadoria representada não poderá ser objeto de embargo, penhora, sequestro ou qualquer outro embargo que prejudique a sua livre e plena disposição, salvo na hipótese de extravio dos títulos e nos termos do art. 27 do Decreto 1102/1903. 24. Será permitido aos interessados que solicitarem a gerência examinar e verificar as mercadorias em depósito e conferir as respectivas amostras, no horário de expediente. 25. Todos os serviços executados nos armazéns são privados da empresa. 26. Ficam fazendo parte integrante do presente regulamento interno as disposições do Decreto 1102/1903, no que lhe forem aplicáveis, assim como as leis relativas a Armazéns Gerais. Barueri/SP, 24 de maio de 2023. **Tex Courier S.A.** - Felipe Alves Lima - RG nº 11.230.220-3 - CPF nº 102.324.427-62.

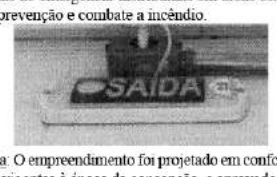
TARIFA REMUNERATÓRIA - Identificação da Empresa: Razão Social: Tex Courier S.A. - filial; **Endereço:** Avenida Odila Chaves Rodrigues, nº 1200, Lote Gleba D, Parque Industrial, Jundiaí/SP; **CEP:** 13.213-087; **CNPJ:** 73.939.449/0050-71; **NIRE:** n.º 35.906.280.086; **Inscrição Estadual:** 407.879.321.112. Armazenagem: Armazenagem - Pallet 68,00 p/mês; Armazenagem m² - 81,00 p/mês. Movimentação: Taxa de recepção bens paletizados - 18,00 p/mês; Taxa de expedição bens paletizados 22,00 p/mês; Taxa recepção bens a granel - 21,00 p/mês; Taxa de expedição bens a granel - 26,00 p/mês; Taxa de recepção bens fracionados - 7,00 p/mês, Taxa de expedição bens fracionados - 15,00 p/mês. Manuseio: Montagem de Kits, Packing e outros serviços Fulfillment - 11,00 p/mês. Seguro: Será cobrado a taxa de 0,50% para cobrir custos de seguro de roubo e incêndio e danos. Considerando o pallet Padrão PBR 1,00 x 1,20m. Barueri/SP, 24 de maio de 2023. **Tex Courier S.A.** - Felipe Alves Lima - RG nº 11.230.220-3 - CPF nº 102.324.427-62.

MEMORIAL DESCRITIVO - Identificação da Empresa: Razão Social: Tex Courier S.A., **Endereço:** Avenida Odila Chaves Rodrigues, nº 1200, Lote Gleba D, Parque Industrial RM, Jundiaí - SP CNPJ: 73.939.449/0050-71; **NIRE Nº:** 35.906.280.086; **Área Construída:** 32.050,00 m²; **Área de Armazém:** 29.935,37 m²; **Atividade:** Transporte rodoviário de carga e armazenagem. **CNAE:** 49.30-2-01; **Grau de risco:** 03. O presente memorial descritivo pertence à empresa Tex Courier S.A., com endereço na Avenida Odila Chaves Rodrigues, Gleba "A-1D", s/n Parque industrial RM, Jundiaí - SP, CEP: 13213-087, inscrita no CNPJ sob o nº 73.939.449/0050-71 e destina-se à atividade de serviços de transporte rodoviário de cargas, entregas rápidas e armazéns de carga geral e seca de mercadorias de terceiros de produtos não perecíveis, de acordo com o Decreto Federal nº 1102 de 21/11/1903. Descrição dos materiais, componentes e sistemas empregados na instalação do estabelecimento. **1. Considerações Gerais:** Área Construída: **32.050,00 m²**. A edificação é abastecida pelo Sistema Público de Abastecimento de Água do Estado de São Paulo - DAE Jundiaí. A edificação possui sistema próprio de tratamento de esgoto. **2. Instalações Hidráulicas:** Tubos e Conexões: Água Fria: Os tubos e conexões de água fria são em PVC rígido soldável verde. Esgoto Sanitário: Os tubos e conexões de esgoto são de PVC rígido soldável marrom. Águas Pluviais: PVC rígido soldável branco. Registros: Os registros são fabricados em bronze com canoplas cromadas nos ambientes internos e sem acabamento nos ambientes externos. Caixas de inspeção: Executadas em tijolo de barro comum assentadas com argamassa de cimento e areia, sobre uma base de concreto magro, revestidos com argamassa de areia e cimento e aditivos impermeabilizantes. Ralos: Os ralos serão de PVC, sifonados e dotados de tampas escamoteáveis metálicas. **3. Instalações Contra Incêndio:** As instalações de prevenção e combate a incêndio são compostas pelo conjunto de equipamentos e peças necessárias ao controle de incêndio de diversos tipos. São elementos desse conjunto o sistema de alarme de alerta aos usuários do imóvel (acionador manual) com avisador, a sinalização das áreas de fuga, extintores, hidratantes, sinalização de rotas de fuga e sistema de sprinklers e hidrante de recalque (para sistema de hidrante e para a rede de sprinkles). Extintores: Os extintores servem para um primeiro combate a pequenos incêndios, tendo como objetivo somente a eliminação do princípio de incêndio. Leia com atenção as instruções de uso no corpo do extintor e, principalmente, para que tipo de incêndio ele é indicado. A tabela a seguir apresenta todas as descrições do tipo de incêndio e do equipamento correto para combatê-lo.

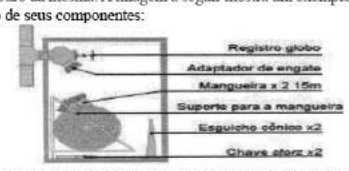
INCÊNDIO	AGENTE EXTINTOR				
	ÁGUA	PQS	CO_2	PÓ ABC	ESPUMA MECÂNICA
A	Eficiente	Pouco eficiente	Pouco eficiente	Eficiente	Eficiente
B	Não	Eficiente	Eficiente	Eficiente	Eficiente
C	Não	Eficiente (não usar em equipamento sensível)	Eficiente	Eficiente	Eficiente
D	Não	PQS Especial	Não	Não	Não
Unidade extintora	10 litros	6 quilos	6 quilos	2 quilos	10 litros
Alcance médio dos jatos	10 metros	5 metros	2,5 metros	5 metros	6 metros
Tempo de descarga	60 segundos	15 segundos	25 segundos	15 segundos	65 segundos
Método de extinção	Resfriamento	Quebra de reação em cadeia (abafamento)	Abafamento	Quebra de reação em cadeia (abafamento)	Abafamento

Incêndio Tipo A - combustíveis sólidos: incêndios em materiais sólidos fibrosos, tais como: madeira, papel, tecido, etc. que se caracterizam por deixar após a queima, resíduos (como carvão e cinza).
Incêndio Tipo B - líquidos inflamáveis: incêndios em líquidos e gases inflamáveis, ou em sólidos que se liquefazem para entrar em combustão: gasolina, GLP, parafina, etc.
Incêndio Tipo C - equipamentos elétricos: incêndios que envolvem equipamentos elétricos energizados: motores, geradores, painéis, etc.
Incêndio Tipo D - metais combustíveis: incêndios em metais combustíveis, tais como: magnésio, lítios, potássio, zinco, sódio, etc.

Iluminação de Emergência: O sistema de iluminação de emergência destina-se a fornecer iluminação suficiente ao trânsito de pessoas, entrando em funcionamento automaticamente em caso de interrupção ou falta de energia elétrica da concessionária na edificação. O empreendimento possui sistema de iluminação de emergência que atende às normas do Corpo de Bombeiros Militar. Existem luminárias de emergência distribuídas em áreas estratégicas da edificação de acordo com o projeto de prevenção e combate a incêndio.



Sinalização de Emergência: O empreendimento foi projetado em conformidade em conformidade com as normas da ABNT vigentes à época da concepção, e aprovado pelo Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo. As instalações de prevenção e combate a incêndio são compostas pelo conjunto de equipamentos e peças necessárias ao controle de incêndio de diversos tipos. São elementos desse conjunto o sistema de alarme de alerta aos usuários do imóvel (acionador manual) com avisador, a sinalização das áreas de fuga, extintores, hidrantes, sinalização de rotas de fuga e sistema de sprinklers e hidrante de recalque (para sistema de hidrante e para a rede de sprinklers). Distribuídas indicando as rotas de fuga com placas de sinalização. Hidrantes de Incêndio: A alimentação dos galpões D provém do reservatório e casa de bombas existente. Pelas tubulações das prumadas de combate a incêndio, a água do reservatório é distribuída, alimentando os sistemas de hidrantes e de spinklers, através de motobombas autônomas existentes, com potências que atendam no ponto hidraulicamente mais desfavorável de todos os sistemas (hidrantes e spinklers). As caixas de hidrantes possuem mangueiras que permitem combater o fogo com segurança, em qualquer ponto do pavimento. Os registros localizados dentro dessas caixas deverão estar com os volantes colocados. Antes de sua utilização, as mangueiras devem ser totalmente desenroladas, uma vez que a pressão sobre qualquer parte que permanecer enrolada poderá causar o estouro da mesma. A imagem a seguir mostra um exemplo de caixa de hidrante com a identificação de seus componentes:



Alarme de Incêndio: O Sistema de Detecção e Alarme de Incêndio atende aos galpões e blocos de apoio tem como finalidade avisar qualquer ocorrência de princípio de incêndio, determinar sua localização através de textos em "display" dispostos nas centrais de apoio dos módulos e na sala de segurança. O sistema permite expansões futuras, caso necessário, através de acréscimos modulares, bem como possui interface para integração com outros subsistemas. O sistema é composto de acionadores manuais, avisadores audiovisuais, painel central localizado na sala de segurança, e os repetidores nos módulos, interligados via cabo. O sistema de alarme de Incêndio permite em caso de incêndio: • A indicação precisa do local do alarme, na tela do painel de incêndio. • A emissão de avisos de alerta, emergência ou evacuação. Rede de Sprinklers: A rede de sprinklers foi instalada no empreendimento, sendo composta, basicamente, por uma série de chuveiros automáticos (bicos aspersores). O objetivo do sistema de sprinklers é extinguir um incêndio no seu início, rápido e automaticamente, antes que se alastre e provoque danos maiores. A tubulação primária de sprinklers parte da casa de bombas, para atendimento às válvulas de governo e alarme (VGA). A ruptura dos bicos aspersores proporciona a liberação da água. O Sistema de Detecção e Alarme de Incêndio atende aos galpões e contida na tubulação, ocasionando queda de pressão de água nos blocos de apoio tem como finalidade avisar qualquer ocorrência de reservatório que alimenta este sistema. Com a queda brusca de princípio de incêndio, determinar sua localização através de textos pressão, o sistema de sprinklers entra em funcionamento automaticamente, só podendo ser desligado manualmente, por pessoa treinada de combate de incêndio. **4. Revestimentos:** Paredes: As paredes são lisas com aplicação de tinta látex acrílica sobre massa corrida, resistentes às soluções desinfetantes. Na área dos sanitários, são revestidas com revestimento cerâmico impermeável na cor branca. Divisórias: Não haverá divisórias nos ambientes. Pisos: Piso epóxi, lavável, durável e resistente a soluções desinfetantes em todas as áreas. **5. Forros:** Forros: Forro de gesso acartonado modular em todas as áreas administrativas, sanitárias e DML do galpão com divisória de mineral. **6. Ventilação e iluminação:** Os galpões são dotados de iluminação natural e artificial, ventilações através de inúmeras portas de acesso e sistema de condicionamento de ar somente nas áreas administrativas. A iluminação proporciona a perfeita visualização dos equipamentos e produtos. **7. Instalações Elétricas:** Quadro de distribuição: Instalado conforme as normas de segurança, com sistema de aterramento e circuitos dedicados aos equipamentos. Caixas de ligação: Para ligações, foram utilizadas caixas e conduletes de PVC rígido antichama. Condutores: Foram utilizados cabos com isolação extrudada de cloreto de polivinila. Tomadas e interruptores: Os interruptores, assim como as tomadas, são identificados quanto à voltagem e à utilização de equipamentos. Considerações gerais: O suprimento de energia elétrica apresenta estabilidade de tensão e corrente elétrica nas dependências onde estão instalados os computadores, de maneira a não afetar o funcionamento dos equipamentos. **8. Mobiliário:** Todas as áreas contam com bancadas de trabalho construídas de material liso, durável, impermeável, lavável e resistente às soluções desinfetantes. As bancadas apresentam dimensões que possibilitam o posicionamento e movimentação adequada aos materiais que são manipulados nelas. **9. Escritório:** A área destinada ao escritório e administração está localizada no mesmo endereço. Escritório: composto por 19 salas, 2 halls, corredor de circulação, 1 recepção, 1 sala de treinamento e 2 sanitários. A área destinada ao escritório e suas dependências somam aproximadamente 1090,63 m², com forro em mineral.

10. Equipamentos Operacionais:

DADOS	BIN	Porta Palete	Paleteira	Coletor de dados	Transpaleteira Elétrica	Empilhadeira
Altura	19cm	1,65cm	1,21cm	15cm	1,60cm	2,14cm
Comprimento	43,5cm	1,25cm	1,24cm	2cm	2,50cm	3,52cm
Largura	32cm	1,10cm	53cm	7,5cm	53cm	2,07cm
Quantidade	1400	3192	60	40	4	1
Marca/Modelos	Suzer	Agula	Still	Zebra	Still	Still

11. Resíduos sólidos e Líquidos: Resíduos provenientes dos esgotos são ligados à rede de tratamento. Resíduos de escritório são disponibilizados em sacos pretos para coleta pela concessionária local. A empresa não gera resíduos infectantes e/ou de contaminação biológica. **12. Materiais recicláveis:** A empresa gera descarte de pallets (madeira). Gera descarte plástico e papelão (stretch). Todo esse material é retirado por uma empresa especializada em reciclagem, não gerando prejuízo à natureza. **13. Mercadorias recebidas:** Produtos com peso individual de até 35 (trinta e cinco) quilos. Armazenamos produtos: • Eletroeletrônicos, naturezas diversas; • Roupas, acessórios e têxteis em geral, naturezas diversas; • Produtos de cama, mesa e banho, naturezas diversas; • Alimentos em geral, naturezas diversas; • Bebidas em geral, naturezas diversas; • Produtos de saúde e beleza em geral, naturezas diversas; • Brinquedos, naturezas diversas; • Componentes e equipamentos eletrônicos, naturezas diversas; • Editorial, naturezas diversas; • Calçados em geral, naturezas diversas. Não armazenamos os seguintes produtos: Não aceita o armazenamento e transporte de cartões postais, cartas, moeda corrente, cheques, títulos de crédito, objetos frágeis, raros, valiosos ou que exijam cuidados especiais, como cristais, vidros, porcelanas, joias, materiais preciosos, antiguidades e obras de arte. Além disso, não são permitidos restos fúnebres, plantas, animais, drogas, produtos químicos, explosivos e corrosíveis, bem como qualquer item sem nota fiscal e proibido ou restrito de acordo com a legislação vigente, incluindo as normas da IATA e da ICAO. A empresa também não armazena produtos explosivos e inflamáveis de alta combustão, como gasolina, fogos de artifício, armas e munição, de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis. Capital Social: destacado de R$ 29.073.525,40. **12. Operações e Serviços:** • Armazenagem "in-house". • Cross docking. • Inventário, gestão e controle de estoque, controle do prazo de validade das mercadorias, controle de ponto de pedido, programação. • Utilização com filmes plásticos (filmagem). • Paletização. • Embalagem ou reembalagem. • Etiquetagem ou rotulagem. • Identificação com código de barras. • Selagem e lacração. • Picking (separação), roteirização e controle de pedidos. • Cargas dedicadas. • Distribuição porta a porta. • Transporte rodoviário de carga. • Entregas rápidas. • Sistemas integrados de rastreamento (track and trace). • Serviços expressos. Glauco Roberto Gomes da Silva - CREA 5069655368 - Engenheiro Civil - Engenheiro de Segurança do Trabalho.

INVERNO: Chove durante o dia e à noite. Manhã Tarde Noite 23º 18º 85% 06:05 17:42

EUA

Trump vai ao banco dos réus no dia 4 de março, véspera das primárias

FERNANDA PERRIN/FOLHAPRES

O julgamento do ex-presidente americano Donald Trump no processo sobre o 6 de Janeiro foi marcado para 4 de março do ano que vem, na véspera da chamada Super Terça, dia mais importante das primárias -processo em que o partido escolhe seu candidato à Presidência.

A decisão foi divulgada pela juíza Tanya Chutkan ontem. A data escolhida é posterior ao que fora pedido pela Procuradoria, que queria um julgamento em janeiro, e muito antes do desejado pela defesa de Trump, que havia solicitado abril de 2026, em uma tentativa de protelar o processo.

O caso, que tramita na Justiça federal, trata das supostas tentativas do republicano de reverter sua derrota nas eleições de 2020 para o democrata Joe Biden. A denúncia foi apresentada em 1º de agosto pelo conselheiro especial do Departamento de Justiça Jack Smith.

Já há um outro julgamento de Trump previsto para março, no dia 25, na Justiça de Nova York, na qual ele é acusado de pagar a atriz pornô Stormy Daniels para que ela não revelasse, durante a campanha de 2016, um suposto caso entre os dois. Esse pagamento teria sido maquiado nas contas do empresário.

O calendário legal e o eleitoral de Trump se complicam cada vez mais, uma vez que os julgamentos vão obrigar o candidato a se retirar da campanha para se apresentar à Justiça.

A data de 4 de março é especialmente sensível porque ocorre na véspera da Super Terça, quando um grande número de estados realiza suas primárias (votação em que os membros de um partido escolhem quem desejam como candidato).

Alabama, Califórnia, Colorado, Texas e Virginia estão entre os estados que devem abrir as urnas no dia 5 de março.

As acusações no processo do 6 de Janeiro são quatro: conspiração para defraudar os EUA, conspiração contra direitos, conspiração para obstruir um procedimento oficial e obstrução e tentativa de obstrução de um procedimento oficial. Trump, por sua vez, afirma estar sendo perseguido politicamente por Smith, uma vez que o Departamento de Justiça está sob o guarda-chuva do governo Biden.

A denúncia afirma que Trump valeu-se de "desonestidade, fraude e engano" para obstruir o processo "de coletar, contar e certificar os resultados das eleições presidenciais". Os procedimentos oficiais aos quais o texto se refere são o processo de confirmação do vencedor das eleições, Joe Biden, pelo Congresso, em 6 de janeiro. Os direitos que teriam sido atacados são o de votar e o de ter o voto contado.

Um processo semelhante corre na Justiça da Geórgia, mas com foco nas supostas ações tomadas para reverter o resultado eleitoral neste estado, onde Trump perdeu por uma diferença de 0,2 ponto percentual.

Em uma ligação por telefone vazada, ele pede a uma autoridade do estado que "encontre" cerca de 12 mil votos □o necessário para reverter o placar a seu favor.

A procuradora Fani Willis, que lidera este caso, baseou-se em uma legislação de combate ao crime organizado conhecida como Rico para fazer a denúncia. Além de Trump, há outros 18 réus.

Na semana passada, eles se apresentaram em uma cadeia em Atlanta, onde o republicano teve sua fotografia tirada □a famosa "mug shot". Ele é o primeiro ex-presidente americano a ter um registro do tipo.

A proposta da Procuradoria é que o julgamento ocorra em outubro, mas o pedido foi aceito pela Justiça apenas para um dos réus, que havia solicitado um processo rápido. Ainda não há data para o julgamento de Trump neste caso. Há, ainda, uma quarta ação, na Justiça federal, por ter supostamente mantido documentos secretos após deixar a Casa Branca. Também não há data prevista desse julgamento.

O ex-presidente já acumula, no total, 91 acusações contra si □isso sem contar os processos civis, como um por difamação movido pela jornalista E. Jean Carroll, que acusa Trump de tê-la estuprado nos anos 1990, e outro por fraude empresarial. Ele afirma ser inocente em todos os processos. Como não há instrumento similar à Lei da Ficha Limpa nos EUA, as ações não afetam a corrida à Presidência.

CONGRESSO

Arthur Maia impõe ditadura em CPMI e censura Imprensa

MATEUS VARGAS/FOLHAPRESS

O presidente da CPMI do 8 de janeiro, deputado Arthur Maia (União Brasil-BA), editou um ato ontem que impõe censura ao trabalho dos jornalistas que acompanham os trabalhos da comissão no Congresso.

O texto proíbe profissionais da imprensa de capturar "imagens (na CPMI) de conteúdo privado de terceiros sem autorização".

Também impede a imprensa de divulgar informações "privadas ou classificadas como confidenciais" pela comissão "sem expressa autorização".

O mesmo ato afirma que a violação das disposições sujeita "o profissional faltoso às sanções previstas neste ato, sem prejuízo da responsabilidade civil e penal".

O texto, porém, não detalha quais seriam as sanções. O ato ainda afirma que apenas profissionais credenciados podem acompanhar presencialmente reuniões da comissão.

A medida foi publicada dias após Maia decidir barrar e entrada do repórter-fotográfico Lula Marques, da EBC (Empresa Brasil de Comunicação), no plenário da comissão.

O jornalista havia feito uma foto da tela do celular do senador Jorge Seif (PL-SC), na qual uma assessora o questiona sobre a operação da Polícia Civil contra o filho 04 de Jair Bolsonaro (PL), Jair Renan, deflagrada na última quinta-feira passada. Marques publicou as imagens nas redes sociais.

Diversos veículos de imprensa já divulgaram notícias com base em documentos recebidos pela CPI e classificados como sigilosos. As quebras de sigilo aprovadas pela CPI mostraram, por exemplo, que o ex-presidente Bolsonaro recebeu R$ 17,2 milhões via transação por Pix.

No ato desta segunda-feira, Maia definiu como "deveres" dos jornalistas na sala da CPI "trajar-se de forma compatível com o local onde se desenvolvem suas atividades" e "agir com urbanidade e disciplina", entre outros pontos.

Pelo texto, a solicitação de credenciamento será avaliada pelo próprio presidente da CPI ou "por quem este determinar".

Ainda cabe a Maia "deliberar em todos os recursos administrativos e nos casos de credenciamentos não previstos neste ato".

Apesar dos dispositivos estabelecidos por Maia, tanto o Senado como a Câmara têm sistemas próprios de credenciamento. Profissionais credenciados pelas Casas legislativas têm acesso garantido a comissões e a outras dependências do Congresso para desempenhar suas funções.

A decisão do deputado de barrar o fotógrafo da EBC da CPMI gerou reação de entidades representativas da imprensa.

A ABI (Associação Brasileira de Imprensa) considerou a decisão de Maia "ilegal e inconstitucional" e também a descreveu como autoritária, em uma carta aberta divulgada na sexta-feira passada.

Maia citou em sua decisão sobre Marques o direito à inviolabilidade do sigilo da correspondência e das comunicações. Também argumentou que os trabalhos da CPI demandam dos parlamentares "atenção plena" e que haveria prejuízo se eles tivessem que dividir a sua atenção "para policiar eventual incursão de terceiros" em suas conversas privadas.

CRIME AMBIENTAL

Espuma no Guandu afeta abastecimento de água no RJ

VINÍCIUS LISBOA/ABRASIL

A interrupção das operações na Estação de Tratamento de Água do Guandu (ETA Guandu), a principal do Rio de Janeiro, desde a manhã de ontem, já causa falta d'água em partes da região metropolitana. As concessionárias responsáveis pela distribuição da água tratada pela Companhia Estadual de Águas e Esgotos (Cedae) pedem que a população priorize atividades essenciais e economize água.

O Sistema Guandu responde pelo abastecimento de 80% da água consumida na região metropolitana, chegando a 11 milhões de habitantes da capital e de nove municípios da Baixada Fluminense. A estação tem capacidade de tratar 43 mil litros de água por segundo.

A Cedae teve que acionar o protocolo de contingência e interromper a captação de água por volta das5h30 após constatar uma espuma de origem desconhecida no Rio Guandu. A Delegacia de Proteção ao Meio Ambiente (DPMA) realizou operação ontem para apurar olançamentoindevidodo material químico surfactante, semelhante a um detergente. Segundo o Instituto Estadual do Ambiente (Inea), o despejo configura crime ambiental.

As concessionárias responsáveis por levar a água da Cedae ao consumidor final –Iguá Saneamento, Águas do Rio e Rio+Saneamento –recomendam que a população economize água.

A recomendação para economizar água também foi feita pelo presidente da Cedae, Aguinaldo Ballon, em entrevista coletiva à imprensa realizada na manhã de hoje, ao lado do presidente do Inea, Philipe Campello.

"Estamos lidando com uma situação que é excepcional, uma situação que não foi conflagrada por um comportamento ou ação da Cedae ou do meio ambiente. É um crime ambiental. Apesar de termos que enfrentar um desabastecimento de algumas horas, a gente entende que fornecer água em condições inadequadas não é o desejável para a população. Para a segurança da população, essa ação foi necessária", disse. "A gente pede a compreensão da população para que, nesse período, haja uma economia maior de água", completou, ao acrescentar que, assim que possível, o abastecimento será restabelecido.

GOLPE DE 2016

PT oficializa projeto para anular impeachment de Dilma

A bancada do PT na Câmara apresentou ontem um projeto para anular simbolicamente o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff (PT), sofrido em 2016.

"O objetivo é reparar passado recente, ao corrigir um dos maiores equívocos jurídico-políticos perpetrados contra uma mulher séria, honesta e dedicada à causa pública, Dilma Vana Rousseff, quando injustamente lhe foi imputada a sanção de perda do cargo de presidente da República", dizem os parlamentares no documento.

No último dia 21, o TRF (Tribunal Regional Federal) da 1ª Região, em Brasília, arquivou uma ação de improbidade contra a ex-presidente sobre o caso das "pedaladas fiscais", que serviu como base para o processo de impeachment de Dilma.

A petista e outros integrantes de seu governo foram acusados pelo MPF (Ministério Público Federal) de improbidade pelo suposto uso de bancos públicos para "maquiar o resultado fiscal", atrasando por parte da União o repasse de valores às instituições.

Dilma teve o mandato cassado pela Câmara e pelo Senado. Ambas as Casas consideraram que a então presidente cometeu crime de responsabilidade pelas chamadas "pedaladas fiscais", com a abertura de crédito orçamentário sem aval do Congresso. A decisão, no processo e no mérito, foi acompanhada sem contestação pelo STF (Supremo Tribunal Federal).

O projeto apresentado pela bancada do PT ontem precisa passar por aprovação das duas Casas para ter validade --ainda que seu efeito seja apenas simbólico.

Neste sábado passado, durante entrevista em Luanda, capital de Angola, o presidente Lula (PT) já havia afirmado que seria necessária uma discussão sobre como reparar Dilma, que atualmente é presidente do banco dos Brics.

"Vou discutir como que a gente vai fazer, não dá para reparar os direitos políticos se ela quiser voltar a ser presidente, porque eu quero terminar meu mandato. Mas é preciso saber como reparar uma coisa que foi julgada por uma coisa que não aconteceu", disse.

No domingo , a presidente do PT, Gleisi Hoffmann, confirmou à coluna Painel, da Folha, que o partido entraria com o pedido de devolução simbólica do mandato.

ESCOLAS PÚBLICAS

França proíbe uso de vestimenta muçulmana

O governo da França proibirá que as alunas de escolas do país usem a abaya, vestimenta comum em regiões árabes e no Norte da África que cobre quase todo o corpo, com exceções do rosto e das mãos.

O anúncio foi feito no domingo passado pelo ministro da Educação francês, Gabriel Attal. Ele justificou a medida ao dizer que a túnica desrespeita as normas de laicidade no ensino do país. "Quando o aluno entra em uma sala de aula, não se deve identificar sua religião ao olhar para ele", afirmou.

A proibição ocorre após o uso da peça por adolescentes motivar debates na França, sobretudo devido a críticas de ativistas de direita. Éric Ciotti, líder do partido conservador Republicanos, saudou a decisão.

Embora o Conselho Francês do Culto Muçulmano considere que a vestimenta não representa um símbolo islâmico, o Ministério da Educação do país europeu já havia divulgado, no ano passado, um comunicado autorizando que as escolas proibissem a abaya, bem como bandanas e saias "muito longas". Especialistas, porém, dizem que as normas eram ambíguas e, na prática, não haviam entrado em vigor.

"As instruções não estavam claras. Agora estão, e nós as saudamos", disse à agência de notícias AFP Bruno Bobkiewicz, secretário-geral do sindicato que representa os diretores de instituições de ensino.

Por outro lado, o anúncio foi criticado por ativistas de direitos humanos e parlamentares de esquerda. A deputada Clémentine Autain, progressista, disse que a medida é inconstitucional e criticou o que chamou de "política da vestimenta". Ativistas dizem que a lei reforça um discurso anti-imigração, em alta.

A opinião pública, apontam pesquisas, respalda um endurecimento anti-imigração no país e reconhece que esse é um debate de paixões: 80% dos entrevistados pelo Instituto Francês Opinião Pública, no final de 2022, enxergam a imigração como assunto que os franceses não conseguem discutir com serenidade.

DIREITO&ESQUERDA

Voto de Zanin no marco temporal vira alvo de disputa

JOÃO GABRIEL, CATIA SEABRA E JOSÉ MARQUES/FOLHAPRESS

Em meio a críticas por seus primeiros votos no STF (Supremo Tribunal Federal), o posicionamento do ministro Cristiano Zanin sobre o marco temporal tornou-se o novo foco de atenção do governo Lula (PT) e da bancada ruralista.

Às vésperas da retomada do julgamento, que acontece nesta quarta-feira, Zanin tem agendas para tratar sobre o tema com Tereza Cristina, senadora e ex-ministra da Agricultura de Jair Bolsonaro (PL), Sonia Guajajara, ministra dos Povos Indígenas, e Jorge Messias, ministro da AGU (Advocacia Geral da União).

O ministro indicado por Lula para o STF recebeu críticas da esquerda após o julgamento para reconhecer a homotransfobia como injúria racial e o voto dele contra a descriminalização das drogas.

No último sábado, Zanin se posicionou contra uma ação da Apib (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil), que entrou no Supremo com uma ação pelo reconhecimento de que os guarani-kaiowá vêm sofrendo violência policial em Mato Grosso do Sul.

O magistrado votou junto com os dois indicados de Bolsonaro no STF, Nunes Marques e André Mendonça. Os três seguiram o voto do relator, ministro Gilmar Mendes.

A posição do grupo, no entanto, acabou derrotada e a ação foi reconhecida -fato comemorado pela Apib, entidade que já foi dirigida pela hoje ministra Guajajara.

O caso julgado pelo STF, que servirá para montar fixar uma tese de referência para todos os processos similares no país, diz respeito à reinvindicação de terra do povo xokleng em Santa Catarina

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA

MINISTÉRIO DA SAÚDE
GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2023

O Pregoeiro Pedro Paulo Gonçalves Baptista Alves Nunes convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 13/2023 no dia 11/09/2023 às 11h00min. - Objeto: Aquisição de material de Laboratório, conforme condições (ÁCIDO ETILENODIAMINOTETRACÉTICO (EDTA), ASPECTO FÍSICO PÓ BRANCO CRISTALINO, ÁCIDO FENILBORÔNICO, PÓ CRISTALINO BRANCO AMARELADO, H2NC6H4B(OH) 2.H2O (ÁC.AMINOFENILBORÔNICO), CLOXACILINA, ASPECTO FÍSICO PÓ BRANCO, CRISTALINO, PESO MOLECULAR 457,88, FÓRMULA QUÍMICA C19H17CLN3NAO5S. e etc). Processo nº. 33409.007797/2022-56. O Pregão será realizado no site https://www.gov.br/compras/pt-br, onde o Edital está à disposição dos interessados.

PROCON-RJ

Liminar obriga a 123 Milhas a cumprir os contratos

A agência de viagens online 123 Milhas será obrigada a respeitar os contratos firmados com os consumidores, de acordo com o artigo 35 do Código de Defesa do Consumidor, conforme decisão do juiz de direito Luiz Alberto Carvalho Alves, titular da 3ª Vara Empresarial da Capital - TJRJ.

Em 18 de agosto, o fornecedor anunciou a suspensão da linha Promo, para os consumidores com viagem marcada entre setembro e dezembro de 2023, e disponibilizou apenas a devolução do valor pago por meio de crédito em vouchers fracionados, em desacordo com os artigos 30 e 35 do CDC. Após a identificação de mais de 1.000 reclamações, o Procon-RJ instaurou processo administrativo sancionatório.